



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)



**PROCESSO SELETIVO 2013**

#### **LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados da especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados da especialidade a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados da especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do processo seletivo.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

### **CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS**

**NÍVEL SUPERIOR**

**TURNO: MANHÃ**

#### **OBSERVAÇÕES**

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

#### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

**cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 7

1 “Rato, rato, rato!” Ao ouvir esse grito na cidade do  
Rio de Janeiro no início do século XX, nada de olhar para o  
chão nem ficar em um pé só. O melhor seria correr atrás do  
4 rato, dar-lhe uma paulada e entregá-lo ao “ratoeiro”, provável  
autor do grito. Esse funcionário pagava a quem recolhesse  
ratos na rua e revendia os animais para o governo.  
7 Introduzida por Oswaldo Cruz, então à frente da  
Diretoria-Geral de Saúde Pública, essa simples iniciativa  
tirou de circulação mais de 1,6 milhão desses animais entre  
10 1903 e 1907, diminuindo os casos de peste bubônica. Mas  
também aguçou a malandragem dos cariocas: muitos  
chegaram a fabricar ratos de papelão e cera para vender.

13 Os “ratoeiros” foram criados por um decreto de  
setembro de 1903. Tinham como obrigação recolher 150  
ratos por mês, pelos quais recebiam 60 mil-réis, o que  
16 serviria para comprar uma cesta básica na época. O salário,  
considerado baixo, era um estímulo para que capturassem  
19 mais ratos, já que recebiam 300 réis por animal excedente, o  
que permitia comprar três cafezinhos.

Alguns cariocas aproveitavam também para levar  
vantagem no referido comércio. Criavam os roedores em  
22 currais e até os “importavam” de cidades vizinhas, como  
Niterói. Entre os animais incinerados no Desinfetório  
Central estavam alguns feitos de papelão e cera.

25 No entanto, os números comprovam que a campanha  
foi um sucesso. Nos primeiros meses em que esteve em vigor,  
de setembro a dezembro de 1903, de acordo com relatórios  
28 de Oswaldo Cruz, foram capturados e incinerados mais de 24  
mil ratos. Em 1907, quando a operação começou a diminuir,  
foi divulgado o número oficial de 1,6 milhão de ratos  
31 incinerados nos quatro anos anteriores.

Toda essa caça teve resultados positivos: à medida  
que o número de ratos diminuía na cidade, a quantidade de  
34 óbitos por causa da peste declinava progressivamente,  
passando de 360 em 1903 para 73 em 1907. Mesmo com  
muita gente querendo se aproveitar da epidemia, a política foi  
37 um sucesso para a saúde pública.

Dilene R. do Nascimento e Matheus A. D.  
da Silva. **Caça ao rato**. In: Internet:  
<www.revistadehistoria.com.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e de aspectos linguísticos do texto acima,  
julgue os itens a seguir.

- 1 As aspas, em todas as suas ocorrências no texto, foram empregadas com a mesma função.
- 2 Infere-se do texto que a política de desratização instituída por Oswaldo Cruz concorreu para o saneamento da cidade do Rio de Janeiro.
- 3 O ardil de vender ratos falsos ou trazidos de outras localidades para aumentar a renda é tratado, no texto, como uma expressão do estereótipo do malandro carioca no início do século XX.
- 4 Infere-se do texto que há uma relação entre a infestação de ratos no RJ e a saúde da população carioca, de forma que, quanto maior era a quantidade de ratos, mais alta era a incidência de peste bubônica.

Cada um dos itens que se seguem apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto e deve ser julgado certo se, além de preservar o sentido original do texto, a reescrita estiver gramaticalmente correta, ou errado, em caso contrário.

- 5 “tirou de circulação mais de 1,6 milhão desses animais entre 1903 e 1907” (ℓ.9-10): fez que mais de 1,6 milhões desses animais fossem retirados de circulação entre 1903 e 1907.
- 6 “Nos primeiros meses (...) mais de 24 mil ratos” (ℓ.26-29): Nos primeiros meses de sua vigência, de setembro a dezembro de 1903, consoante relatórios de Oswaldo Cruz, capturou-se e incinerou-se mais de 24 mil ratos.
- 7 “Mesmo com muita gente querendo se aproveitar da epidemia” (ℓ.35-36): Conquanto houvesse muita gente querendo se aproveitar da epidemia.

1 Mais da metade da população brasileira não tem rede de  
tratamento de esgoto. Na classificação do saneamento básico  
divulgada pelo Instituto Trata Brasil, cinco das seis cidades onde  
4 o problema é mais grave estão na região Norte — Porto Velho,  
Macapá, Belém, Santarém —, e a cidade que se encontra em pior  
situação é a segunda maior do Pará, Ananindeua.

7 Em Ananindeua, vivem mais de 470 mil pessoas. A  
maioria das residências possui fossa séptica, mas quem não tem  
esse recurso descarta os dejetos diretamente nos valões.

10 “Dá para perceber que o esgotamento sanitário não foi  
priorizado ao longo dos tempos. Não foi priorizado na parte do  
planejamento, na gestão e, principalmente, em investimento”,  
13 declara José Almir Pereira, engenheiro sanitário da  
Universidade Federal do Pará.

A prefeitura de Ananindeua alega que encontrou obras  
16 paradas da gestão anterior, mas garante que já retomou os  
serviços e vai investir R\$ 170 milhões em projetos de  
saneamento.

19 Já Uberlândia é exemplo para o Brasil no tratamento de  
esgoto, pois 99% da cidade tem saneamento básico. O único  
esgoto que não é coletado é do setor de chácaras, porém todo  
22 mundo tem a responsabilidade de tratá-lo.

Fabiano Villela e Fernanda Vieira. **Ananindeua, no Pará, tem a pior rede de tratamento de esgoto do Brasil**. In: Internet:  
<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, referentes ao texto acima.

- 8 O emprego do acento em “Uberlândia” e “água” justifica-se com base na mesma regra ortográfica.
- 9 Infere-se do texto, predominantemente informativo, que, apesar de haver localidades com sistema eficiente de tratamento de esgoto no Brasil, o saneamento básico ainda é um problema de saúde pública no país.
- 10 A forma verbal “possui” (ℓ.8) poderia ser flexionada no plural sem prejuízo para a correção gramatical do período.
- 11 As orações iniciadas pelo termo “que”, nas linhas 5 e 15, exercem, nos períodos em que ocorrem, função sintática idêntica.
- 12 Os termos “mas” (ℓ.16) e “porém” (ℓ.21) introduzem, nos períodos em que ocorrem, uma ideia de oposição a uma ideia anterior e têm a função de unir orações com o mesmo sujeito em seus respectivos períodos.

Julgue os itens seguintes, à luz das prescrições do **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 13 O tratamento usado em comunicações dirigidas a reitor de universidade é: Vossa excelência reverendíssima.
- 14 Uma das funções do fecho nas comunicações oficiais é saudar o destinatário.
- 15 Para formatação do aviso, utiliza-se como modelo o padrão ofício.

Acerca de informática, julgue os próximos itens.

- 16 Os certificados digitais contêm uma chave pública, informações acerca da identidade do remetente de uma mensagem e a assinatura da autoridade certificadora que gerou o certificado.
- 17 Um *firewall* é utilizado para controle de acesso lógico, bloqueando todos os arquivos infectados com vírus e programas maliciosos que tentam infiltrar-se em uma rede ou computador.
- 18 O sistema operacional, além de controlar o armazenamento dos dados, é visível ao usuário por meio das interfaces de gerenciamento de recursos do computador, como memória, periféricos e CPU.
- 19 O histórico da navegação realizada por um usuário do Internet Explorer pode ser visualizado por outros usuários da máquina, embora somente possa ser apagado por usuários com privilégio de administrador.
- 20 O compartilhamento de uma pasta por meio do Windows Explorer a torna visível para usuários conectados a determinados tipos de rede, quais sejam: grupo doméstico, grupo de trabalho ou domínio.

Considerando as bases legais do Sistema Único de Saúde (SUS), julgue os itens a seguir.

- 21 Para que um município receba recursos do Fundo Nacional de Saúde, ele deve atender a diversos requisitos previstos em lei. Se esses requisitos não forem atendidos, o recurso será repassado para outro município, conforme as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Saúde.
- 22 Um paciente poderá receber atendimento médico pelo SUS em seu domicílio, desde que haja indicação médica para tanto e concordância do paciente e da família.
- 23 Considere que uma parturiente, atendida em serviço de saúde de rede conveniada ao SUS, tenha requerido que seu cônjuge a acompanhasse durante o trabalho de parto e que seu pedido tenha sido negado pelo médico plantonista sob a alegação de que não havia cobertura prevista para isso no SUS. Nessa situação, a ação do médico foi ilegal, pois uma rede conveniada ao SUS é obrigada a permitir a presença de acompanhante, não só durante o parto, mas também no pós-parto imediato.

Com base na legislação aplicada à FUNASA, julgue os itens que se seguem.

- 24 Sendo a FUNASA uma entidade vinculada ao Ministério da Saúde, o estabelecimento de um convênio internacional com essa fundação não poderá ser firmado pelo seu presidente, cabendo ao ministro essa atribuição.
- 25 Rendimentos de aplicação no mercado financeiro podem constituir receita da FUNASA.

No que se refere ao conceito, à organização e aos princípios da administração pública, julgue os itens subsecutivos.

- 26 Se uma pessoa tomar posse em cargo público em razão de aprovação em concurso público e, por ser filiado a um partido político, sofrer perseguição pessoal por parte de seu superior hierárquico, poderá representar contra seu chefe por ofensa direta ao princípio da impessoalidade.
- 27 O modelo de partição dos poderes no Brasil, embasado na noção de pesos e contrapesos, admite o exercício de uma função típica de um poder por outro, fato que permite ao Poder Executivo o exercício da função jurisdicional quando julga e pune seus próprios servidores.

Acerca de responsabilidade civil da administração pública e improbidade administrativa, julgue o item abaixo.

- 28 Considere que um cidadão tenha falecido ao colidir seu veículo com uma viatura da polícia militar devidamente estacionada no posto policial, e que exame laboratorial demonstrou que o indivíduo conduzia seu veículo sob o efeito de bebidas alcoólicas. Nessa situação, o poder público será isento de responsabilidade, visto que houve participação total do lesado na ocorrência do dano.

Com relação à disciplina jurídica dos serviços públicos e do controle legislativo, julgue os próximos itens.

- 29 Os serviços públicos podem ser prestados diretamente pelo Estado ou por seus delegados, sob o regime jurídico total ou parcial de direito público.
- 30 O controle legislativo é a prerrogativa atribuída ao Poder Legislativo de fiscalizar o Poder Executivo, ressalvados os atos praticados pelos presidentes de empresas públicas e sociedade de economia mista, em razão de sua natureza eminentemente empresarial.
- 31 Considere que uma pessoa ocupante de cargo em comissão em determinada fundação pública tenha sido presa em flagrante, durante operação da polícia federal, por desvio de dinheiro público. Nessa situação, essa pessoa responderá criminalmente por esse ato e poderá ser destituída do cargo. Entretanto, ela estará isenta das sanções decorrentes do ato de improbidade administrativa, as quais são aplicadas somente aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

Julgue os itens a seguir com relação aos atos administrativos, ao processo administrativo e aos poderes administrativos.

- 32 Se a FUNASA desejar alugar um edifício de apartamentos para acomodar novos servidores, o contrato de locação, em razão do evidente interesse público, será considerado ato administrativo, mesmo que o contrato seja regido pelo direito privado.
- 33 Considere que um servidor tenha sido demitido do serviço público por meio de ato de autoridade incompetente. Nessa situação, o ato administrativo poderá ser invalidado tanto pela administração como pelo Poder Judiciário.
- 34 Em razão da incidência das garantias constitucionais, vige no processo administrativo o princípio da verdade formal, isto é, as decisões em processo administrativo devem limitar-se ao que as partes demonstrarem no procedimento, evitando-se decisões arbitrárias.
- 35 O poder de polícia administrativa é prerrogativa conferida à administração pública que lhe permite condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, independentemente de ordem judicial, visando ao interesse público. Esse poder é exercido pela polícia civil, no âmbito dos estados e do Distrito Federal, e pela polícia federal, em se tratando de interesses da União.

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens seguintes, com base no que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF).

- 36 Plebiscito e referendo são formas de exercício direto da soberania popular e expressam os contornos do regime democrático brasileiro, o qual possui tanto elementos de uma democracia direta quanto de uma democracia representativa.
- 37 Embora possua um núcleo imutável, também chamado de cláusulas pétreas, a CF é classificada como semirrígida, dada a possibilidade de alteração de seu texto por meio de emenda.
- 38 Por meio do poder constituinte derivado, emendou-se a CF, a fim de estabelecer que todos os tratados e convenções sobre direitos humanos, dos quais o Brasil for signatário, serão recepcionados automaticamente como emendas constitucionais.

Julgue os itens que se seguem, a respeito da organização político-administrativa e da administração pública.

- 39 O servidor público estável cujo cargo for extinto, por meio de lei, perderá sua função pública, mas deverá ser indenizado na proporção dos anos trabalhados.
- 40 Nos termos da CF, os territórios federais não são considerados entes federativos, isto é, não gozam de autonomia política, mas integram a União e possuem natureza de mera autarquia.
- 41 Considere que um estado-membro pretenda legislar sobre matéria de interesse público de competência concorrente da União. Se, em análise realizada pela assembleia legislativa, for constatada a inexistência de lei federal que trate de normas gerais a respeito da matéria, o estado-membro poderá exercer a competência legislativa de forma plena tratando, inclusive, sobre normas gerais.
- 42 A paridade plena entre servidores ativos e inativos constitui garantia constitucional, de forma que quaisquer vantagens pecuniárias concedidas aos servidores ativos estendem-se aos inativos.

Em relação ao Poder Executivo e às funções essenciais à justiça, julgue os itens subsequentes.

- 43 Em razão dos princípios da unidade e da indivisibilidade, não se permite o ajuizamento de ações civis públicas por terceiros nos casos em que o Ministério Público for legitimado para propô-las.
- 44 A Advocacia-Geral da União é instituição essencial à justiça, sendo uma de suas principais funções a representação judicial e extrajudicial da União, englobando-se, portanto, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- 45 A Constituição Federal atribui amplo rol de competências privativas ao presidente da República, podendo algumas delas ser delegadas aos ministros de Estado.

Os convênios celebrados por um órgão enquadram-se em uma das seguintes situações:

- em execução: quando o conveniente ainda não está obrigado a prestar contas ao concedente;
- aguardando prestação de contas: quando, após o período de vigência do convênio, o conveniente tem determinado prazo para prestar contas;
- prestação de contas em análise: quando, após a entrega da prestação de contas pelo conveniente, o órgão concedente tem determinado prazo para analisar;
- concluído: quando a prestação de contas foi analisada e aprovada;
- em instrução de tomada de contas especial (TCE): quando a prestação de contas foi analisada e rejeitada.

Considere que, dos 180 convênios celebrados pelo referido órgão neste ano, 21 estão concluídos, 10 estão em fase de instrução de TCE, 35 estão com a prestação de contas em análise, 80 estão em execução e o restante está aguardando prestação de contas. Com base nessas informações, julgue os itens de 46 a 48.

- 46 Mais de 30 convênios já tiveram suas prestações de contas analisadas.

- 47 O complementar do conjunto dos convênios que estão aguardando prestação de contas tem mais elementos que o complementar do conjunto dos convênios em execução.
- 48 Se dois convênios entre aqueles celebrados pelo órgão neste ano forem selecionados ao acaso, a probabilidade de que ambos estejam em instrução de TCE será superior a 0,35%.

Considere que, durante uma discussão entre dois servidores de determinado órgão acerca da regularidade da prestação de contas de um convênio, tenham surgido as seguintes colocações:

- C1: Se nós aprovarmos a prestação de contas, mas o tribunal a rejeitar, nós seremos obrigados a instaurar a TCE.
- C2: Se nós rejeitarmos a prestação de contas, mas o tribunal a aprovar, nós seremos obrigados a cancelar a TCE.

Considerando as sentenças acima e que “não aprovar” seja equivalente a “rejeitar”, julgue os próximos itens.

- 49 Se as proposições “O tribunal rejeita a prestação de contas” e “Seremos obrigados a instaurar a TCE” forem verdadeiras, então a proposição C1 será verdadeira, independentemente do valor lógico da proposição “Nós aprovamos a prestação de contas”.
- 50 Se as proposições C1 e C2 forem verdadeiras, então a proposição “Seremos obrigados a instaurar ou a cancelar a TCE” também será verdadeira.

RASCUNHO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens subsequentes, acerca da evolução da administração e do processo administrativo.

- 51 A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) teve como objetivo centralizar e reorganizar a administração pública mediante ampla reforma, porém sem a intenção de racionalizar métodos, procedimentos e processos administrativos em geral.
- 52 Será considerado nulo o processo administrativo iniciado pela administração pública sem que tenha sido motivado por pedido pertinente de interessado.
- 53 Um processo que se encontra em diligência é aquele que não atendeu às formalidades necessárias e foi devolvido ao órgão que cometeu esse equívoco para saneamento das eventuais falhas.
- 54 Quando um colaborador recebe novas atribuições diretamente do seu gerente, mesmo não tendo o cargo compatível para essas novas atividades e sabendo que poderá deixar de desenvolvê-las a qualquer momento, tem-se um exemplo de delegação.
- 55 Uma universidade pública, ao criar um departamento de graduação e outro de pós-graduação, realizará uma forma de desconcentração administrativa.
- 56 O gestor que adota os pressupostos da teoria da contingência dá ênfase à análise do ambiente sem considerar aspectos da tecnologia, visto que a análise ambiental ditará a tecnologia necessária à organização.

Em relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

- 57 Quando for propor despesas de duração continuada, o gestor público não poderá fazê-lo sem sinalizar a pertinente fonte segura de receita que irá custeá-las.
- 58 O cadastramento no SICONV referente às transferências voluntárias poderá ocorrer no Ministério da Saúde ou em unidade cadastradora vinculada do SICAF.
- 59 A inscrição na dívida ativa por órgão competente fornece uma presunção de certeza e liquidez apenas relativa a respeito da existência do débito a ser pago.
- 60 Na elaboração do orçamento público, deverá ser lançado o valor líquido com as deduções previstas, de modo a se obter o montante com que efetivamente se contará para a execução financeira.
- 61 As diretrizes orçamentárias no âmbito federal são desenvolvidas por iniciativa do Congresso Nacional.
- 62 Ocorre destaque quando unidade orçamentária de ministério realiza descentralização orçamentária para unidade executora desse mesmo ministério, por intermédio de nota de crédito.

Julgue os itens a seguir, a respeito de despesa pública, restos a pagar e competência tributária.

- 63 Se um servidor cujo filho tenha nascido em 12/10/2012 solicitar o auxílio-natalidade em 2013, a despesa gerada pela solicitação configurará restos a pagar.
- 64 Caso uma empresa possua uma dívida tributária a ser paga, o administrador, o gerente ou o contador da empresa poderão ser chamados para responder por essa obrigação em conjunto. Nessa situação, nenhum deles poderá pleitear o benefício de ordem.
- 65 Ao emitir uma ordem bancária, o gestor público realizará o estágio da despesa denominado liquidação.

A respeito de licitações, julgue os itens seguintes.

- 66 A adjudicação obrigatória ao vencedor da licitação gera, como consequência, a celebração do contrato.
- 67 Se houver a impossibilidade jurídica da competição, sempre ocorrerá a dispensa da licitação.
- 68 A nulidade do procedimento licitatório gera a nulidade do contrato, que, por sua vez, exime a administração do dever de indenizar o contratado.
- 69 A anulação de uma licitação pode ser total ou parcial, mas a revogação deve ser total.
- 70 Um licitante que manifestar desistência de sua proposta por ter recebido de outro licitante uma compensação financeira cometerá crime.
- 71 Qualquer cidadão, mesmo que não participe de determinada licitação, possui o direito de impugnar o edital dessa licitação por motivo de ilegalidade.
- 72 Quando a administração desejar contratar um serviço técnico consistente na elaboração de um projeto de engenharia, deverá realizar a licitação nas modalidades melhor técnica ou técnica e preço.

Julgue os próximos itens, referentes a contratos administrativos.

- 73 Caso ocorra a morte de uma pessoa que tenha pactuado um contrato administrativo, seus herdeiros deverão ser chamados para dar cumprimento à parte restante das obrigações assumidas.
- 74 A rescisão do contrato administrativo deve ser sempre motivada, devendo-se assegurar ao particular contratado a ampla defesa e o contraditório.
- 75 O instrumento de contrato é obrigatório em todas as modalidades de licitação.

Julgue os itens a seguir, relativos ao conceito, tipos e formas de controle da administração pública.

- 76 O controle *a posteriori* incide exclusivamente sobre decisões já executadas visto que seu objetivo é rever atos praticados a fim de corrigi-los.
- 77 O controle de legalidade é priorizado pelos tribunais de contas, ainda que as controladorias ou auditorias também o exerçam.

A respeito do controle externo e interno da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 78 O controle interno da administração pública se caracteriza pela fiscalização que ela exerce sobre os atos e atividades de seus órgãos e das entidades descentralizadas vinculadas a ela.
- 79 O controle pode ser interno ou externo, conforme o órgão seja integrante, ou não, da estrutura em que se insere o órgão controlado.

Julgue os itens subsequentes, no que se refere ao controle parlamentar.

- 80 O exercício do controle parlamentar permite ao Congresso Nacional instaurar comissões parlamentares de inquérito a fim de garantir um controle mais eficiente da administração pública.
- 81 Nos governos presidencialistas, o controle do Poder Legislativo sobre a administração pública tem efeito direto, podendo o Congresso Nacional anular atos administrativos ilegais.

Acerca do controle exercido pelos tribunais de contas, julgue os próximos itens.

- 82 Compete ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União fiscalizar as contas das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe excepcionalmente de forma direta.
- 83 Cabe aos tribunais de contas o exercício da fiscalização por meio de controle externo no que diz respeito à legalidade, à legitimidade, à economicidade e à aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 8.429/1992 e alterações, que trata da improbidade administrativa.

- 84 A referida lei permite o aperfeiçoamento do controle interno, visto que possibilita a qualquer cidadão o requerimento para instauração de procedimento administrativo que apure improbidade.
- 85 A aplicação das sanções por improbidade administrativa depende da aprovação das contas pelo tribunal ou conselho de contas.

No que concerne ao controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 86 Os atos administrativos comuns estão sujeitos a controle jurisdicional, devendo ser julgados com base nos critérios de legalidade e mérito administrativo.
- 87 O controle jurisdicional caracteriza-se como controle externo, *a posteriori*, repressivo ou corretivo, desencadeado por provocação.

Julgue os itens seguintes acerca do sistema de correição do Poder Executivo federal.

- 88 A investigação preliminar e a inspeção são instrumentos utilizados na atividade correicional.
- 89 A apuração de indícios de enriquecimento ilícito de agente público federal deverá ser realizada por meio de sindicância patrimonial.

No que se refere à advocacia pública consultiva, julgue o item abaixo.

- 90 O papel das consultorias jurídicas é assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos.

Considerando o campo de aplicação e os princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público, julgue os próximos itens.

- 91 Para o devido atendimento do princípio da oportunidade, deve ser reconhecida a totalidade das variações patrimoniais da FUNASA, independentemente do cumprimento das formalidades legais, de forma a se priorizar a essência sobre a forma.
- 92 Por ser a FUNASA um órgão executivo do Ministério da Saúde, a ela é conferida a prerrogativa de observar parcialmente as normas e técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público, com vistas à garantia de procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.

Com relação ao patrimônio e às transações no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 93 Para que os recursos sejam reconhecidos como ativos, eles devem necessariamente ser controlados pela entidade do setor público como resultado de eventos passados.
- 94 Incluem-se entre as transações de natureza econômico-financeira as originadas de fatos que afetam o patrimônio público, ainda que não sejam decorrentes da execução do orçamento.

Considere os seguintes dados relativos ao encerramento do primeiro exercício financeiro de determinada entidade governamental:

- previsão da receita orçamentária: .....R\$ 80.000,00.
- fixação da despesa orçamentária: .....R\$ 80.000,00.
- arrecadação de impostos: .....R\$ 50.000,00.
- empenho de despesas: .....R\$ 80.000,00.
- liquidação de despesas: .....R\$ 70.000,00.
- inscrição de despesas em restos a pagar: .....R\$ 30.000,00.
- recebimento de imóvel em doação: .....R\$ 100.000,00.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, acerca da elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964.

- 95 O resultado orçamentário do exercício é nulo, visto que a despesa orçamentária foi fixada no mesmo montante da receita orçamentária prevista.
- 96 O balanço financeiro apresenta saldo de R\$ 10.000,00 para o exercício seguinte.
- 97 O imóvel recebido em doação afeta positivamente, em R\$ 100.000,00, a apuração do resultado patrimonial do exercício.

Em relação ao sistema de custos no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 98 O método de custeio direto consiste na alocação de todos os custos fixos e variáveis diretamente a todos os objetos de custos, sem qualquer tipo de rateio ou apropriação.
- 99 Análise, avaliação e verificação da consistência das informações de custos no âmbito da entidade do setor público são de responsabilidade do profissional contábil.

RASCUNHO

## RASCUNHO

Acerca da natureza e da estrutura do novo plano de contas aplicado ao setor público, composto por oito classes de contas, julgue os seguintes itens.

- 100** Valores inscritos em restos a pagar têm seus registros efetuados em contas com informações de natureza típica de controle.
- 101** No momento do fato gerador, a obrigação a pagar que não estiver amparada por crédito orçamentário deve ser registrada em conta de passivo com atributo P (permanente).
- 102** Todas as contas relativas às variações patrimoniais aumentativas e diminutivas devem ser encerradas ao final do exercício.

No primeiro exercício financeiro encerrado de determinada entidade governamental, foram registrados os seguintes eventos:

- impostos lançados no valor de R\$ 50.000,00, tendo sido arrecadados 60% desse valor;
- compra de veículo à vista, com recebimento imediato do bem, no valor de R\$ 25.000,00;
- recebimento de depósitos de terceiros no valor de R\$ 20.000,00;
- inscrição em restos a pagar não processados de despesas com serviços de pessoa jurídica no valor de R\$ 28.000,00.

Com base nessas informações e considerando a necessidade de o regime orçamentário estar relacionado ao regime contábil, julgue os próximos itens.

- 103** Embora represente um fato permutativo, a compra do veículo à vista deve ser reconhecida como despesa orçamentária do exercício.
- 104** Como os serviços de pessoa jurídica inscritos em restos a pagar representam despesas não processadas, eles não devem ser reconhecidos como despesa orçamentária do exercício.
- 105** Observa-se, no referido exercício financeiro, a realização de receita orçamentária no valor de R\$ 50.000,00, resultante da arrecadação de impostos e do recebimento de depósitos de terceiros.

Para pagar uma obra em 20 prestações iguais, mensais e consecutivas de R\$ 30.000,00, um condomínio fixou a taxa extra de R\$ 50,00 mensais para cada uma de suas 800 unidades. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 106** Se a obra ficar em R\$ 500.000,00, para pagamento em 20 prestações mensais pelo sistema de amortização constante, sem prazo de carência e com taxa de juros compostos de 2% ao mês, a nona prestação será inferior a R\$ 30.000,00.
- 107** Se o valor correspondente às taxas pagas pelas unidades em determinado mês foi aplicado por 3 meses a juros compostos de 5% ao mês, então, considerando-se 1,16 como valor aproximado para  $1,05^3$ , o montante dessa aplicação foi superior a R\$ 48.000,00.
- 108** Considere que a unidade inadimplente deva pagar a taxa extra atrasada acrescida de juro simples de 10% ao mês. Nessa situação, se a unidade atrasar as 5 primeiras parcelas e pagá-las junto com a sexta taxa extra, então ela pagará mais de R\$ 370,00.
- 109** Se às parcelas das taxas extras forem aplicadas a taxa de juros compostos de 5% ao mês e se a inflação em determinado mês for de 2%, então, nesse mês, o valor do juro real relativo à prestação de uma unidade será inferior a R\$ 1,50.
- 110** Considere que, na data do pagamento da sétima parcela da obra, o condomínio tenha adiantado o pagamento da última prestação e, para isso, tenha acordado um desconto racional composto de 4% ao mês. Nessa situação, considerando  $5/3$  como valor aproximado para  $1,04^{13}$ , pela última prestação o condomínio pagou menos de R\$ 20.000,00.

Acerca das bases legais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), julgue os itens seguintes.

- 111** Se determinada empresa pública estadual executar serviço público de saneamento básico por meio de concessão outorgada em caráter precário, ela poderá ser contemplada com os recursos públicos do PAC, mesmo que o prazo da concessão esteja vencido.
- 112** Caso um município tenha firmado termo de compromisso, com aprovação formal da União, para ser beneficiado com as transferências obrigatórias para executar ações do PAC, novas ações poderão ser inseridas como adendos no termo de compromisso original, bem como ações já pactuadas poderão ser alteradas também mediante a inserção de adendos no referido termo.

Conforme as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal dispostas na Lei Complementar n.º 101/2000, julgue o item subsecutivo.

- 113** Se a União celebrar convênio com obrigações financeiras, o montante dessas obrigações fará parte de sua dívida pública mobiliária, juntamente com os títulos que ela tiver emitido.

Com referência à organização da administração federal, julgue o item abaixo.

- 114** O ministro de Estado da Saúde é responsável, perante o presidente da República, pela supervisão da FUNASA, visando, entre outros objetivos, o fortalecimento do sistema do mérito.

Julgue os itens **115** e **116**, acerca das normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

- 115** Se uma entidade sem fins lucrativos pretender celebrar convênio com a FUNASA envolvendo a transferência de recursos, esse ajuste deverá ser assinado pelo presidente da referida fundação, de forma indelegável.

- 116** Independentemente do valor a ser envolvido, a FUNASA poderá celebrar convênio, com transferência de recursos financeiros, com a secretaria de saúde de determinado município, para a execução de determinado programa de governo, desde que o objeto do ajuste se refira às áreas de atuação tanto da FUNASA quanto da referida secretaria.

À luz da Portaria Interministerial n.º 507/2011, julgue os itens subsequentes, acerca dos contratos de repasse e dos termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal.

- 117** A FUNASA poderá celebrar convênio, com transferência de recursos, com entidade que tenha fins lucrativos, desde que esta se comprometa a empregar todo o repasse na área da saúde.
- 118** A União deve destinar parte de seus recursos financeiros oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social para a celebração de convênios com outros entes da Federação, relativos à sua atuação complementar na área da saúde.

Julgue os itens a seguir, acerca das normas relativas à celebração de convênio de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos.

- 119** Se a FUNASA e uma prefeitura celebrarem convênio com transferência de recursos, o respectivo termo deverá conter, expressa e obrigatoriamente, entre outras cláusulas, a obrigação de cada um, inclusive a contrapartida, bem como a faculdade de denúncia ou rescisão do referido termo a qualquer tempo por iniciativa de qualquer das suas partícipes.
- 120** Se a FUNASA e uma entidade sem fins lucrativos celebrarem convênio com transferência de recursos, será vedada a utilização desses recursos para custear despesas a título de taxa de administração.